

Linhas de  
Transmissão de  
Montes Claros S.A.

**Demonstrações contábeis  
regulatórias em 31 de  
dezembro de 2020 com  
relatório do auditor  
independente**

# Conteúdo

<b>Relatório de Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>5</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>13</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>14</b>



## Relatório da Administração

**Prezados Acionistas,**

A **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.** (“Montes Claros” ou “Companhia”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2020.

### **1) A companhia**

A Montes Claros é uma é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A LTMC foi adquirida pela SGBH em 1o de julho de 2015, já em fase operacional, da Cobra Instalaciones y Servicios S.A..

### **2) Setor elétrico – segmento de transmissão**

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas);

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	151,01
Tensão em kV:	138/345/500
Subestações:	4

### **3) Desempenho Financeiro:**

#### **3.1) Receita**

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 41.915.281 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 e R\$ 41.142.733 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.



### 3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2020 e 2019 são:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
• Liquidez geral	3,84	2,57
• Liquidez corrente	4,31	5,68
• Relação patrimônio líquido/ativo	73,95%	61,04%
• Relação passivo não circulante/ativo	23,23%	34,96%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	1,69%	1,52%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	7,22%	8,14%
Ativo total	309.214	368.548
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	(3.874)	(3.422)

### 4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

### 5) Responsabilidade ambiental e social

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

### 6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021.

### A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Acionistas e Diretores da**

**Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.**

Rio de Janeiro – RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outros assuntos

### Auditoria das demonstrações financeiras do exercício

A Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 30 de março de 2021.

### Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 30 de junho de 2020, sem modificação.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade  
Contador CRC RJ-086312/O-6

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Balço patrimonial  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	27.545	75.781
Concessionárias e permissionárias	9	4.060	3.768
Contas a receber - partes relacionadas	26	631	137
Estoques	10	3.890	3.134
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		393	-
Outros impostos a recuperar		100	100
Outros ativos circulantes		1.065	820
		<b>37.684</b>	<b>83.740</b>
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	8	1.058	3.558
Outros ativos não circulantes	11	2.590	2.401
Imobilizado não vinculado à concessão	12	676	736
Imobilizado	12	266.628	277.534
Intangível	13	578	579
		<b>271.530</b>	<b>284.808</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>309.214</b>	<b>368.548</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros		882	1.463
Fornecedores - partes relacionadas	<b>26</b>	2.208	1.254
Empréstimos e financiamentos com terceiros	<b>14</b>	2.918	9.579
Imposto de renda e contribuição social a pagar	<b>15</b>	438	356
Outros impostos a pagar	<b>15</b>	267	269
Taxas regulamentares	<b>16</b>	1.419	1.209
Dividendos propostos	<b>18</b>	188	136
Outros passivos circulantes		423	467
		<b>8.743</b>	<b>14.733</b>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos com terceiros	<b>14</b>	71.724	128.829
Provisão para contingências	<b>17</b>	98	22
		<b>71.822</b>	<b>128.851</b>
Patrimônio líquido	<b>18</b>		
Capital social		285.025	285.025
Retenção de Lucros		31.818	13.210
Reserva Legal		1.707	717
Prejuízo acumulado		(89.901)	(73.988)
		<b>228.649</b>	<b>224.964</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>309.214</b>	<b>368.548</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita operacional líquida	<b>19</b>	39.220	39.262
Custo da operação	<b>20</b>	<u>(17.664)</u>	<u>(16.248)</u>
Lucro bruto		21.556	23.014
Despesas gerais e administrativas	<b>21</b>	(4.093)	(4.078)
Outras despesas/receitas operacionais		<u>(948)</u>	<u>(624)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		16.515	18.312
Resultado financeiro	<b>23</b>	<u>(10.785)</u>	<u>(12.837)</u>
Receita financeira		2.122	1.488
Despesa financeira		(12.907)	(14.325)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>5.730</u>	<u>5.475</u>
Imposto de renda e contribuição social	<b>24</b>	(1.857)	(2.053)
<b>Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício</b>		<u><b>3.873</b></u>	<u><b>3.422</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.**

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro Líquido/(Prejuízo) do exercício	3.873	3.422
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	<u><u>3.873</u></u>	<u><u>3.422</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Retenção de lucros</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>220.025</b>	-	(283)	(63.064)	<b>156.678</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.422	3.422
Aumento de capital conforme AGE de 26 de junho de 2018	65.000	-	-	-	65.000
Constituição de reserva legal	-	717	-	(717)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	13.493	(13.493)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 18)	-	-	-	(136)	(136)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>285.025</b>	<b>717</b>	<b>13.210</b>	<b>(73.988)</b>	<b>224.964</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.873	3.873
Constituição de reserva legal	-	990	-	(990)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	18.608	(18.608)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 18)	-	-	-	(188)	(188)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>285.025</b>	<b>1.707</b>	<b>31.818</b>	<b>(89.901)</b>	<b>228.649</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>	<b>5.730</b>	<b>5.475</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	11.542	13.605
Depreciação	10.969	10.965
Provisão para perda de crédito esperada	1	(12)
Provisão para contingências	76	1
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(293)	(214)
Contas a receber - partes relacionadas	(495)	(32)
Estoques	(756)	-
Impostos a recuperar	(393)	(4)
Adiantamentos a fornecedores	29	(18)
Outros ativos	(461)	181
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(581)	143
Fornecedores partes relacionadas	954	273
Tributos e contribuições sociais	(248)	(337)
Taxas regulamentares	210	273
Outros passivos	(44)	(91)
Juros pagos	(7.503)	(5.830)
Impostos pagos	(1.529)	(1.596)
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>17.208</b>	<b>22.782</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	(4)	(976)
Títulos e valores mobiliários	2.500	385
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>2.496</b>	<b>(591)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	65.000
Empréstimos e financiamentos captados	(67.804)	
Empréstimos e financiamentos pagos	-	(9.360)
Dividendos pagos	(136)	(13.438)
<b>Fluxo de caixa gerado pelas / (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(67.940)</b>	<b>42.202</b>
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(48.236)</b>	<b>64.393</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>75.781</b>	<b>11.388</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>27.545</b>	<b>75.781</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### **1. Informações gerais**

A Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. (“Montes Claros” e/ou “Companhia”) é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511 - Centro - Rio de Janeiro, com filial em Montes Claros – MG.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 12 de agosto de 2014, e tem por objetivo social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão

#### **1.1. Mudança na participação acionária**

Em 27 de outubro de 2014, à Administração de Montes Claros na época protocolou na ANEEL requerimento solicitando a anuência para praticar os atos necessários para transferência do controle societário da Companhia à SGBH. A aprovação ocorreu no mês fevereiro de 2015. Adicionalmente, foi solicitada a anuência junto ao BNDES para praticar os atos supracitados, para a qual aguarda retorno.

Em 1º de julho de 2015, a Companhia foi adquirida pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), já em fase operacional, da Cobra Instalaciones y Servicios S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

#### **1.2. Da Concessão**

Em 19 de janeiro de 2010, a Cobra Instalaciones y Servicios S.A., acionista da Companhia à época, foi declarada vencedora do Leilão Público da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) nº 005/2009 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica. Depois da aprovação da ANEEL, a Lintran do Brasil Participações S.A. passou a ser acionista majoritária da Companhia.

No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União, por meio ANEEL, o Contrato de Concessão nº 003/2010 pelo prazo de 30 anos, contado a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Minas Gerais:

- a) Linha de transmissão 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 162 km, com origem na Subestação Pirapora 2 e término na Subestação Montes Claros 2.
- b) Subestação Itabirito 2 em 500/345 kV - 560 MVA.
- c) Subestação Padre Fialho em 345/138 kV - 150 MVA.
- d) Entradas de linha e interligação de barras, barramentos, compensador estático, transformador defasador 138/138 kv 150 MVA, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, projeção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

## **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

As instalações de transmissão descritas acima entraram em operação comercial em maio de 2013 (linha de transmissão em setembro de 2012 e subestação Padre Fialho em maio de 2013), exceto a subestação Itabirito 2, que iniciou suas atividades comerciais em 09 de agosto de 2014 e teve a conclusão da sua construção em junho de 2014.

São ainda de responsabilidade da Companhia:

- e) SE Itabirito 2 - Trecho de linha de transmissão em 500 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 2 km, entre o ponto de seccionamento da LT, em 500 Kv São Gonçalo do Pará - Ouro Preto 2 e a SE Itabirito 2; trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 1 km, entre o ponto de seccionamento da LT em 345 Kv Jeceaba - Ouro Preto 2 e a SE Itabirito 2; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações São Gonçalo do Pará, Ouro Preto 2 e Jeceaba.
- f) SE Padre Fialho - Trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 0,10 km, entre o ponto de seccionamento da LT em 345 Kv Vitória - Ouro Preto 2 e a SE Padre Fialho; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações Vitória e Ouro Preto 2.

Os equipamentos e instalações descritos nos itens (e) e (f) deverão ser transferidos sem ônus para a CEMIG Geração e Transmissão S.A. e para Furnas Centrais Elétricas S.A., respectivamente, concessionárias de transmissão proprietárias das subestações e das citadas linhas de transmissão que serão seccionadas.

### **1.3. Receita Anual Permitida (RAP)**

A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato.

O valor anual definido para a Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 20.916 (histórico) e será corrigido anualmente no mês de julho pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão.

Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 41.143 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 41.915 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

## **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### **1.4. Coronavírus (COVID-19)**

#### **Contexto geral**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde.

#### **Medidas de assistência governamental**

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, as quais foram adotadas pelas companhias do Grupo, com destaque para as seguintes:

- (i) Postergação do recolhimento do PIS e da Cofins, assim como da contribuição previdenciária relativos às competências de abril e maio para os meses de agosto e outubro de 2020.
- (ii) Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de março, abril e maio, o qual deverá ser pago a partir de julho e poderá ser parcelado em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020.
- (iii) Redução das alíquotas das contribuições de serviços sociais autônomos no período compreendido entre abril e junho de 2020.
- (iv) Prorrogação dos prazos para a entrega das obrigações acessórias, como DCTF e EFD, entre outras.

A maior parte dessas medidas, apuradas até a emissão deste relatório, tem caráter temporário e servirá para mitigar possíveis impactos da pandemia nos próximos três meses, em média. Por esse motivo, não produzem alteração no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia no exercício de 2020.

## **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### **Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade**

A Companhia decidiu adotar algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Entre essas medidas, destacam-se as seguintes:

- (i) Adoção de trabalho em casa para seus funcionários, para evitar deslocamento e risco potencial de contágio
- (ii) Implementação do Protocolo Covid-19 de Condição e Comportamento de Trabalho Seguro, que estabelece diretrizes para proteger as pessoas em cada local de trabalho e ambientes, veículos, atividades e viagens;
- (iii) Webinar de Retorno de Trabalho Seguro aplicado a todos os funcionários, a fim de compartilhar as novas regras e rotinas a serem aplicadas a nível da empresa;
- (iv) Retorno de Trabalho Seguro aplicado em 3 fases para retorno do escritório do Rio;
- (v) Para reduzir a exposição ao risco de contágio dos empregados que utilizam o transporte público e puderam retornar ao trabalho no Rio Office, a empresa disponibilizou transporte individual gratuito para os que necessitassem;
- (vi) Adoção de novos testes confiáveis e indolores conhecidos como RT-Lamp;
- (vii) Testes preventivos de rotina em massa aplicados aos funcionários para identificar precocemente a infecção da Covid19 e prevenir contágio posterior a outros funcionários, terceiros e sociedade;
- (viii) Testes de rotina aplicados a casos suspeitos;
- (ix) Intensificação das rotinas de limpeza e higienização de todas as unidades de trabalho;
- (x) Sinalização informativa aplicada a todas as unidades;
- (xi) Distanciamento social aplicado em escritórios, veículos, atividades, treinamentos, restaurantes;
- (xii) Fornecer EPI adequado e reforçar a necessidade de seu uso correto;
- (xiii) Intensificação da higienização e higienização das mãos com álcool 70;

## **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### **Impacto nas demonstrações financeiras**

No exercício de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) Déficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA).
- (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações.

Os impactos no ano de 2020 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da empresa que impactaram o Fluxo de Caixa.

No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Nos primeiros meses do ano esta conta registrou perdas, que, no entanto, foram parcialmente compensadas nos meses do segundo semestre do ano, gerando baixo impacto, ainda que negativo, no acumulado do ano de 2020. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,9% da RAP.

No que tange às despesas, o mesmo se verificou. Os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exames médicos, apoio psicológico etc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio de 0,6% no total anual das despesas, patamar considerado imaterial.

### **1.5. Setor elétrico no Brasil - Transmissão**

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

## **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 30 de abril de 2021.

#### **2.1. Estimativas e premissas**

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

#### **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

#### **2.3. Classificação circulante versus não circulante**

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

## **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### **3. Resumo das práticas contábeis regulatórias**

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

#### **3.1. Imobilizado e intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 11 - Imobilizado e 12 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em "Em Serviço" e "Em Curso". Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo "Em curso" correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

#### **3.2. Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

## **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### **4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)**

#### **4.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

#### **4.2. Concessionárias e permissionárias**

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da empresa o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias

#### **4.3. Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o maior. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 4.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

### 4.5 Impostos

#### Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

#### Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60 no trimestre.

A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%.

## **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### **4.6 Provisões para contingências**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **4.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

### **4.8 Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

### **4.9 Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 4.10 Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

#### a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

- (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

## **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

#### **4.11 Fluxo de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

#### **4.12 Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

## **5. Normas e interpretações novas e revisadas**

### **5.1 Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2020, são as seguintes:

- Contratos onerosos (alterações ao CPC 25)
- Reforma de taxas de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27)
- Classificação do Passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia..

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 6. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		<b>37.684</b>	<b>35.627</b>	<b>73.311</b>	<b>83.740</b>	<b>34.312</b>	<b>118.052</b>
Caixa e equivalentes de caixa		27.545	-	27.545	75.781	-	75.781
Concessionárias e permissionárias		4.060	-	4.060	3.768	-	3.768
Contas a receber – partes relacionadas		631	-	631	137	-	137
Estoques		3.890	-	3.890	3.134	-	3.134
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		393	-	393	-	-	-
Outros impostos a recuperar		100	-	100	100	-	100
Ativo de concessão (contratual)	<b>a</b>	-	35.627	35.627	-	34.312	34.312
Outros ativos circulantes		1.065	-	1.065	820	-	820
<b>Ativo não circulante</b>		<b>271.530</b>	<b>80.335</b>	<b>351.865</b>	<b>284.808</b>	<b>65.373</b>	<b>350.181</b>
Títulos e valores mobiliários		1.058	-	1.058	3.558	-	3.558
Ativo de concessão (contratual)	<b>a</b>	-	347.399	347.399	-	343.439	343.439
Outros ativos não circulantes		2.590	-	2.590	2.401	-	2.401
Imobilizado não vinculado à concessão		676	-	676	736	-	736
Imobilizado	<b>b</b>	266.628	(266.486)	142	277.534	(277.487)	47
Intangível	<b>b</b>	578	(578)	-	579	(579)	-
		<b>309.214</b>	<b>115.962</b>	<b>425.176</b>	<b>368.548</b>	<b>99.685</b>	<b>468.233</b>

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		<b>8.743</b>	-	<b>8.743</b>	<b>14.733</b>	-	<b>14.733</b>
Fornecedores terceiros		882	-	882	1.463	-	1.463
Fornecedores partes relacionadas		2.208	-	2.208	1.254	-	1.254
Empréstimos e financiamentos com terceiros		2.918	-	2.918	9.579	-	9.579
Imposto de renda e contribuição social a pagar		438	-	438	356	-	356
Outros impostos a recuperar		267	-	267	269	-	269
Taxas regulamentares		1.419	-	1.419	1.209	-	1.209
Dividendos propostos		188	-	188	136	-	136
Outros passivos circulantes		423	-	423	467	-	467
Passivo não circulante		<b>71.822</b>	<b>25.778</b>	<b>97.600</b>	<b>128.851</b>	<b>25.413</b>	<b>154.264</b>
Empréstimos e financiamentos		71.724	-	71.724	128.829	-	128.829
Provisão para contingências		98	-	98	22	-	22
Impostos diferidos	<b>c</b>	-	25.778	25.778	-	25.413	25.413
Patrimônio líquido		<b>228.649</b>	<b>90.184</b>	<b>318.833</b>	<b>224.964</b>	<b>74.272</b>	<b>299.236</b>
Capital social		285.025	-	285.025	285.025	-	285.025
Retenção de lucros		31.818	283	32.101	13.210	284	13.494
Reserva legal		1.707	-	1.707	717	-	717
Prejuízo acumulado	<b>d/e</b>	(89.901)	89.901	-	(73.988)	73.988	-
		<b>309.214</b>	<b>115.962</b>	<b>425.176</b>	<b>368.548</b>	<b>99.685</b>	<b>468.233</b>

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	39.220	5.235	44.455	39.262	6.024	45.286
Custo da operação	e	(17.664)	10.844	(6.820)	(16.248)	10.249	(5.999)
Lucro bruto		<b>21.556</b>	<b>16.079</b>	<b>37.635</b>	<b>23.014</b>	<b>16.273</b>	<b>39.287</b>
Despesas gerais e administrativas		(4.093)	-	(4.093)	(4.078)	-	(4.078)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(948)	-	(948)	(624)	-	(624)
Resultado antes do resultado financeiro		<b>16.515</b>	<b>16.079</b>	<b>32.594</b>	<b>18.312</b>	<b>16.273</b>	<b>34.585</b>
Resultado financeiro		<b>(10.785)</b>	-	<b>(10.785)</b>	<b>(12.837)</b>	-	<b>(12.837)</b>
Receita financeira		2.122	-	2.122	1.488	-	1.488
Despesa financeira		(12.907)	-	(12.907)	(14.325)	-	(14.325)
Lucro antes dos impostos		<b>5.730</b>	<b>16.079</b>	<b>21.809</b>	<b>5.475</b>	<b>16.273</b>	<b>21.748</b>
Imposto de renda e contribuição social	c	(1.857)	(167)	(2.024)	(2.053)	(192)	(2.245)
<b>Lucro líquido /(Prejuízo) do exercício</b>		<b>3.873</b>	<b>15.912</b>	<b>19.785</b>	<b>3.422</b>	<b>16.081</b>	<b>19.503</b>

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 6.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Patrimônio Líquido Societário</b>	<b><u>318.833</u></b>	<b><u>299.236</u></b>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(383.026)	(377.751)
Imobilizado	266.486	277.487
Intangível	578	579
Impostos Diferidos Passivos	<u>25.778</u>	<u>25.413</u>
<b>Patrimônio Líquido Regulatório</b>	<b><u><u>228.649</u></u></b>	<b><u><u>224.964</u></u></b>

### 6.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido Societário</b>	<b><u>19.785</u></b>	<b><u>19.503</u></b>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato conforme CPC 47	(39.730)	(39.134)
Margem de construção	33.389	34.078
Outras receitas	947	(563)
PIS/COFINS Diferido	198	228
Depreciação regulatória	(10.883)	(10.882)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>167</u>	<u>192</u>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido Regulatório</b>	<b><u><u>3.873</u></u></b>	<b><u><u>3.422</u></u></b>

## **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

### a) Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

#### Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

## **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

### **b) Imobilizado e intangível**

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

### **c) Impostos diferidos**

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

## **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### d) Receita

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

### e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas DFs baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa	2	1
Banco	3.439	1.611
Aplicações financeiras	24.104	74.169
	<u><b>27.545</b></u>	<u><b>75.781</b></u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 101,88% do CDI.

### 8. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Conta reserva - financiamentos	1.058	3.558
	<u><b>1.058</b></u>	<u><b>3.558</b></u>

Os saldos apresentados como não circulante são para atender as exigências referente as garantias reais do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples da Linhas de Transmissão Montes Claros S.A.

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor dos Debenturistas uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida e mais 50% da última prestação mensal de juros e demais acessórios decorrentes da dívida.

### 9. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer	3.945	3.639
Vencidas até 30 dias	1	15
Vencidas até 60 dias	1	4
Vencidas até 90 dias	2	4
Vencidas até 120 dias	1	1
Vencidas até 180 dias	2	1
Vencidas há mais de 180 dias	188	183
	<u><b>4.140</b></u>	<u><b>3.847</b></u>
Provisão para Perda de crédito esperada (PCE)	<u>(80)</u>	<u>(79)</u>
	<u><b>4.060</b></u>	<u><b>3.768</b></u>

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessários ajustes a valor presente. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo em 1º de janeiro	(79)	(90)
Reversão	19	11
Adição	(20)	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(80)</u>	<u>(79)</u>

### 10. Estoque

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Almoxarifado de manutenção e operação	3.890	3.134
	<u>3.890</u>	<u>3.134</u>

### 11. Outros ativos não circulantes

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contingências (i)	99	-
Comissão de debentures	2.377	2.377
Projetos sociais BNDES	114	-
Depósitos judiciais	-	24
	<u>2.590</u>	<u>2.401</u>

- (i) Valor refere-se a reembolso para as contingências fiscais apresentadas como prováveis conforme firmado no contrato de compra e venda, onde a Companhia comprometeu-se a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas nos termos e condições previstos no Contrato

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 12. Imobilizado

#### 12.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2019	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2020	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
<b>Ativo imobilizado em serviço</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>337.253</b>	-	(140)	14	<b>337.127</b>	(126)	(71.750)	<b>265.377</b>	<b>276.365</b>
Terrenos	4.678	-	-	-	4.678	-	-	4.678	4.678
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.237	-	-	-	9.237	-	(2.131)	7.106	7.420
Máquinas e equipamentos	323.163	-	(140)	14	323.037	(126)	(69.531)	253.506	264.165
Veículos	47	-	-	-	47	-	(34)	13	20
Móveis e utensílios	128	-	-	-	128	-	(54)	74	82
<b>Administração</b>	<b>70</b>	-	-	7	<b>77</b>	<b>7</b>	<b>(34)</b>	<b>43</b>	<b>47</b>
Máquinas e equipamentos	70	-	-	7	77	7	(34)	43	47
	<b>337.323</b>		<b>(140)</b>	<b>21</b>	<b>337.204</b>	<b>(119)</b>	<b>(71.784)</b>	<b>265.420</b>	<b>276.412</b>
<b>Ativo imobilizado em curso</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>1.122</b>	<b>1.141</b>	<b>(1.140)</b>	<b>(14)</b>	<b>1.109</b>	<b>(13)</b>	-	<b>1.109</b>	<b>1.122</b>
Máquinas e equipamentos	162	164	(80)	(14)	232	70	-	232	162
Outros	960	977	(1.060)	-	877	(83)	-	877	960
<b>Administração</b>		<b>106</b>		<b>(7)</b>	<b>99</b>	<b>99</b>	-	<b>99</b>	
Máquinas e equipamentos		106	-	(7)	99	99	-	99	
	<b>1.122</b>	<b>1.247</b>	<b>(1.140)</b>	<b>(21)</b>	<b>1.208</b>	<b>86</b>		<b>1.208</b>	<b>1.122</b>
<b>Ativo imobilizado</b>	<b>338.445</b>	<b>1.247</b>	<b>(1.280)</b>	<b>-</b>	<b>338.412</b>	<b>(33)</b>	<b>(71.784)</b>	<b>266.628</b>	<b>277.534</b>

#### ATIVO NÃO VINCULADO

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	Valor em 31/12/2019	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2020	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (ii)	838	55	(28)		865	27	(189)	676	736
<b>Ativo não vinculado</b>	<b>838</b>	<b>55</b>	<b>(28)</b>		<b>865</b>	<b>27</b>	<b>(189)</b>	<b>676</b>	<b>736</b>

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 12.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2020			31/12/2019
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>					
Transmissão	7,81%	337.127	(71.750)	265.377	276.365
Administração	7,51%	77	(34)	43	47
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	865	(189)	676	736
		<b>338.069</b>	<b>(71.973)</b>	<b>266.096</b>	<b>277.148</b>

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Imobilizado - transmissão</b>	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
<b>Administração central</b>	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%
<b>Imobilizado não vinculado à concessão</b>	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Software	20,00%

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

O ativo imobilizado não vinculado a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

### 12.3. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2020

Adições do ativo imobilizado em curso	Valor
Máquinas e Equipamentos	164
Veículos	937
Desenvolvimento de projetos	20
Material em depósito	20
	<b>1.141</b>

### 12.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2020

Transmissão	Grupo	Valor
TENSIOMETRO DIGITAL TCF - 5 TONELADAS	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	14

Administração	Grupo	Valor
NOTEBOOK DELL VOSTRO 14 5000 COM KIT DE MOUSE E TECLADO SEM FIO	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	7

### 12.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2020

Transmissão	Grupo	Valor
TRANSFORMADOR	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	136
NOTEBOOK DELL LATITUDE	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	4

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### 13. Intangível

#### 13.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2019	Adições (a)	Valor em 31/12/2020	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
<b>Ativo intangível em serviço</b>							
<b>Transmissão</b>	<b>581</b>	-	<b>581</b>	-	(7)	<b>574</b>	<b>578</b>
Servidões	561	-	561	-	-	561	561
Softwares	20	-	20	-	(7)	13	17
	<b>581</b>	-	<b>581</b>	-	(7)	<b>574</b>	<b>578</b>
<b>Ativo intangível em curso</b>							
<b>Transmissão</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	-	<b>3</b>	<b>1</b>
Softwares	1	2	3	2	-	3	1
<b>Administração</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	-	<b>1</b>	-
Softwares	-	1	1	1	-	1	-
	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>3</b>		<b>4</b>	<b>1</b>
<b>Ativo Intangível</b>	<b>582</b>	<b>3</b>	<b>585</b>	<b>3</b>	(7)	<b>578</b>	<b>579</b>

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### 13.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2020			31/12/2019
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Intangível em serviço</b>					
Transmissão	0,15%	581	(7)	574	578
		<b>581</b>	<b>(7)</b>	<b>574</b>	<b>578</b>

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

### 13.3. Principais aquisições do ativo intangível em curso em 2020

Adições do ativo intangível em curso	Valor
Software	3
	<b>3</b>

### 13.4. Principais aquisições do ativo intangível em serviço em 2020

Não houve aquisições de ativo intangível em serviço no exercício de 2020

### 13.5. Principais baixas do ativo intangível em serviço em 2020

Não houve baixa de ativo intangível em serviço no exercício de 2020.

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 14. Empréstimos e financiamentos

#### a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2020	31/12/2019
BNDES - Subcrédito A	mai/12	jan/27	(i)	TJLP + 2,58% a.a.	-	50.932
BNDES - Subcrédito B	mai/12	jan/27	(i)	TJLP + 2,18% a.a.	-	15.616
Debêntures	ago/12	abr/29	(ii)	IPCA + 8,75% a.a.	74.642	71.860
					<b>74.642</b>	<b>138.408</b>
Circulante					2.918	9.579
Não circulante					71.724	128.829
					<b>74.642</b>	<b>138.408</b>

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2019	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2020
BNDES - Subcrédito A	50.932	3.329	(3.495)	<b>(50.766)</b>	-
BNDES - Subcrédito B	15.616	968	(1.016)	<b>(15.568)</b>	-
Debêntures	71.860	7.245	(2.993)	<b>(1.470)</b>	<b>74.642</b>
<b>Total</b>	<b>138.408</b>	<b>11.542</b>	<b>(7.504)</b>	<b>(67.804)</b>	<b>74.642</b>

  

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2018	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2019
BNDES - Subcrédito A	57.941	4.664	(4.510)	(7.163)	50.932
BNDES - Subcrédito B	17.765	1.368	(1.320)	(2.197)	15.616
Debêntures	64.286	7.574			71.860
<b>Total</b>	<b>139.992</b>	<b>13.606</b>	<b>(5.830)</b>	<b>(9.360)</b>	<b>138.408</b>

## **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### **BNDES - Direto - Moeda nacional - Subcréditos A e B**

Nos valores originais de R\$93.800, R\$28.700, respectivamente, providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de TJLP + 2,58% e TJLP + 2,18% ao ano respectivamente, a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 168 meses, com início em 15 de fevereiro de 2013 e término em 15 de janeiro de 2027.

### **BNDES - Direto - Moeda nacional - Subcréditos C**

Atendendo à exigência do Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES, o valor de R\$620.000,00 com a incidência de TJLP que deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para recuperação da Micro bacia do Córrego João Moreira e a melhoria da qualidade de vida dos moradores da comunidade. Não houve desembolso deste subcrédito.

O empréstimo do BNDES foi liquidado antecipadamente em dezembro de 2020 com recursos integralizados pela Acionista State Grid Brazil Holding S.A.

#### **(i) Garantias - BNDES**

- Cessão de direitos emergentes do contrato de concessão.
- Penhor dado por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia.
- Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

#### **Debêntures**

Em 09 de agosto de 2012 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Transmissão Montes Claros S.A., com desembolso em 15 de agosto do mesmo ano no valor de R\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de reais), sendo a primeira amortização em 15 de julho de 2020 com o término em 15 de abril de 2029.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 8,75% a.a.

As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização. No entanto, já foi iniciado o processo para formalizar a saída do BNDES dos contratos de garantias, uma vez que o pagamento antecipado integral da dívida ocorreu em dezembro de 2020. Desta forma, as garantias passarão a beneficiar, exclusivamente, os debenturistas.

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### c) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo)

	<u>Amortização</u>
2022	4.322
2023	2.947
2024	4.306
2025	5.767
2026 - 2029	54.382
	<u><u>71.724</u></u>

### d) Covenants

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,3. O cálculo do referido índice em 31 de dezembro de 2020, considerando todo o valor de amortização realizado no período, incluindo amortizações extraordinárias referentes a períodos futuros, é apresentado conforme abaixo:

(Valores em milhares de reais, exceto pelo índice calculado)

<b>A) Geração de caixa da atividade</b>	<b>32</b>
(+) LAJIDA (EBITDA)	34
(-) Imposto de Renda	(1)
(-) Contribuição Social	(1)
<b>B) Serviço da Dívida</b>	<b>76</b>
(+) Amortização de Principal	68
(+) Pagamento de Juros	8
<b>C) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = (A) / (B)</b>	<u><b>0,4</b></u>
<b>Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Contratual</b>	<b>1,3</b>

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

- (+) Lucro Líquido
- (+) Despesas (receita) financeira líquida
- (+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais
- (+) Depreciações e amortizações
- (+) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

No entanto, no final de dezembro de 2020, por decisão estratégica da companhia, mediante aporte de capital integralizado de sua controladora, e visando a otimização de custo de capital, a LTMC liquidou de forma antecipada e integral o saldo devedor do contrato vigente de financiamento de longo prazo do BNDES detido por esta companhia.

Tendo em vista o evento citado, para fins de cálculo do ICSD – índice de cobertura de serviço da dívida para o ano fiscal de 2020, entendemos que o evento de amortização extraordinária do BNDES não deve ser levado em consideração para fins de apuração e metodologia de cálculo do ICSD previsto nos instrumentos de financiamentos, uma vez que o referido *Covenants* tem por objetivo aferir a solidez financeira do empreendimento, com base nas variáveis de geração de caixa e serviço da dívida (principal + juros) regulares de um único período fiscal anual e corrente, sob pena de distorcer o resultado do índice e trazer interpretação equivocada sobre a performance da companhia.

Desta forma, é apresentado abaixo o cálculo ajustado do *Covenant*:

(Valores em milhares de reais, exceto pelo índice calculado)

<b>A) Geração de caixa da atividade</b>	<b>32</b>
(+) LAJIDA (EBITDA)	34
(-) Imposto de Renda	(1)
(-) Contribuição Social	(1)
<b>B) Serviço da Dívida</b>	<b>19</b>
(+) Amortização de Principal	11
(+) Pagamento de Juros	8
<b>C) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = (A) / (B)</b>	<b>1,7</b>
<b>Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Contratual</b>	<b>1,3</b>

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

- (+) Lucro Líquido
- (+) Despesas (receita) financeira líquida
- (+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais
- (+) Depreciações e amortizações
- (+) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 15. Impostos e contribuições sociais a pagar

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRPJ	240	192
CSLL	198	164
	<u>438</u>	<u>356</u>
PIS	21	19
COFINS	87	76
ISS	57	52
INSS	39	58
IRRF Retido na fonte	14	14
PIS/ COFINS/ CSLL (PCC)	26	20
FGTS	16	23
Outros	7	7
	<u>267</u>	<u>269</u>

### 16. Taxas regulamentares

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	49	26
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	193	192
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	1.177	991
	<u>1.419</u>	<u>1.209</u>

#### (i) RGR

Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 14 de agosto de 2020, através do Despacho 2.403/2020 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2020 a junho de 2021 de R\$ 114.

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### (ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410 de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 28 de julho de 2020, através do Despacho 2.212 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2020 a junho de 2021 de R\$ 159.

### (iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

## 17. Provisão para contingência

### Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Servidão	98	-
Trabalhista	-	22
	<u>98</u>	<u>22</u>

A movimentação das provisões prováveis está apresentada a seguir:

	Trabalhistas	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	22	-	22
Adições e reversões, líquidas	(22)	98	76
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	98	98

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### Contingências possíveis (não provisionados)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fundiários	874	-
Fiscal	83	83
	<b>957</b>	<b>83</b>

### 18. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 285.025 dividido em 285.025.069 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	<u>2020 e 2019</u>
SGBH.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<b>100%</b>

#### b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

#### c) Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO.

#### d) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	19.785	19.503
Absorção de prejuízo	-	(5.156)
Reserva legal (5%)	(990)	(717)
Base de cálculo para os dividendos	18.795	13.630
Dividendo mínimo obrigatório	<b>188</b>	<b>136</b>

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

Em 2020 a Administração da Companhia aprovou através de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de julho de 2020, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 2019 no valor de R\$ 136. Esse valores foram pagos em 30 de julho de 2020.

### 19. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>42.557</b>	<b>42.314</b>
Receita de rateio de antecipação	(740)	52
Receita de encargos de transmissão	29.966	29.034
Recuperação de PIS e COFINS	1.554	1.496
Receita Rede de Fronteira	3.644	3.558
Receita de novas obras RBNI	7.923	7.675
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(859)	(1.227)
Indisponibilidade de equipamentos	(196)	(758)
Descontos Incidentes na TUST	1.265	2.484
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(3.337)</b>	<b>(3.052)</b>
PIS	(277)	(275)
COFINS	(1.277)	(1.267)
P&D	(392)	(386)
RGR	(1.235)	(971)
TFSEE	(156)	(153)
	<b>39.220</b>	<b>39.262</b>

### 20. Custo da operação

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(4.592)	(2.556)
Material	(338)	(326)
Serviços de terceiros	(1.040)	(1.282)
Depreciação e amortização	(10.883)	(10.882)
Gastos diversos	(475)	(255)
Outros	(336)	(947)
	<b>17.664</b>	<b>(16.248)</b>

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 21. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(2.869)	(2.860)
Administradores	(413)	(585)
Material	(82)	(59)
Serviços de terceiros	(443)	(432)
Arrendamentos e aluguéis	(133)	(153)
Doações	-	(523)
Provisão/reversão	(3)	5
( - ) Recuperação de Despesas	2	720
Tributos	(3)	(5)
Depreciação e amortização	(12)	(10)
Outras	(137)	(176)
	<u><b>(4.093)</b></u>	<u><b>(4.078)</b></u>

### 22. Despesas com pessoal

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Pessoal – operação</b>		
Remuneração	(2.888)	(1.584)
Encargos	(990)	(587)
Outros Benefícios – Corrente	(682)	(377)
Outros	(32)	(8)
	<u><b>(4.592)</b></u>	<u><b>(2.556)</b></u>
<b>Pessoal – administração</b>	<u><b>31/12/2020</b></u>	<u><b>31/12/2019</b></u>
Remuneração	(1.512)	(1.469)
Encargos	(660)	(737)
Benefícios	(329)	(252)
Outros	(368)	(402)
	<u><b>(2.869)</b></u>	<u><b>(2.860)</b></u>
	<u><b>(7.461)</b></u>	<u><b>(5.405)</b></u>

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 23. Resultado financeiro

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Receita financeira</b>	<b>2.122</b>	<b>1.488</b>
Receitas de aplicações financeiras	2.117	1.431
Outras receitas financeiras	5	57
<b>Despesa financeira</b>	<b>(12.907)</b>	<b>(14.325)</b>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(12.784)	(13.937)
Juros e multas	(61)	(84)
Outras despesas financeiras	(62)	(304)
	<u><b>(10.785)</b></u>	<u><b>(12.837)</b></u>

### 24. Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro presumido)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Receitas brutas</b>	<b>42.561</b>	<b>48.566</b>
Base de cálculo (8%)	3.405	3.885
Outras receitas	2.356	2.213
<b>Base de cálculo</b>	<b>5.761</b>	<b>6.098</b>
IR devido	(1.434)	(1.391)
Ajuste de provisão IR referente a anos anteriores	188	
<b>Total de IRPJ</b>	<u><b>(1.246)</b></u>	<u><b>(1.391)</b></u>
	<u><b>31/12/2020</b></u>	<u><b>31/12/2019</b></u>
<b>Receita bruta</b>	<b>42.561</b>	<b>48.566</b>
Base de cálculo (12%)	5.107	5.828
Outras receitas	2.356	2.213
<b>Base de cálculo</b>	<b>7.463</b>	<b>8.041</b>
CSLL devida	(672)	(662)
Ajuste de provisão CSLL referente a anos anteriores	61	
<b>Total de CSLL</b>	<u><b>(611)</b></u>	<u><b>(662)</b></u>
<b>Total de IRPJ/CSLL</b>	<u><b>(1.857)</b></u>	<u><b>(2.053)</b></u>

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 25. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrados no quadro abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

#### 25.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<b>Ativos mensurados pelo valor justo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Caixa e equivalentes de caixa	7	27.545	75.781
Títulos e valores mobiliários	8	1.058	3.558
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Contas a receber - partes relacionadas	26	631	137
Concessionárias e permissionárias	9	4.060	3.768
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Empréstimos e financiamentos - terceiros	14	74.642	138.408
Fornecedores- partes relacionadas	26	2.208	1.254
Fornecedores - terceiros		882	1.463

## **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os recebimentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo.

Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo:

Saldo contábil: R\$ 74.642  
Cálculo valor justo: R\$ 88.265

### **25.2. Gestão de risco**

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados as concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

### e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

## 26. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

### 26.1 Ativo

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a receber - partes relacionadas	<u>631</u>	<u>137</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	587	117
Outros	44	20

### 26.2 Passivo

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	<u>2.208</u>	<u>1.254</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	2.191	1.244
Serviços de engenharia SGSE (ii)	17	-
Outros	-	10

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 26.3 Resultado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado - partes relacionadas	<b>(5.994)</b>	<b>(3.925)</b>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	(5.702)	(3.749)
Despesa de aluguel (ii)	(120)	(176)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	(172)	-

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos e estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia. Em 17 de agosto de 2020 a Montes Claros assinou contrato com a SGSE para a prestação dos serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento, para análise, elaboração de estudos e projetos, ensaios e testes, verificação de conformidade em equipamentos e sistemas, bem como aprovação técnica para acesso da concessionária de transmissão Mantiqueira, na subestação de energia Itabirito 2.

## 27. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

## Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 28. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	10.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	246.877	222.901
Veículos	Carros	81	156
		<u>266.958</u>	<u>233.057</u>